



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
 CNPJ: 44.932.846/0001-35
BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (valores expressos em reais)

ATIVO	NOTA	2025	2024	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	5	816.959	2.896.187	13	214.349	175.851
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	5	1.449.119	310	14	1.176.186	1.102.026
		2.266.078	2.896.496	15	214.827	195.813
Faturas a Receber	6	1.596.175	1.081.301	16	345.515	288.643
(-) Perdas Estimadas	7	(33.815)	(69.660)	17	169.781	164.841
Adiantamentos	8	4.319	27.966	18	1.449.119	-
Bloqueios Judiciais	9	84.816	37.774		3.573.478	1.927.174
Outros Créditos	10	185.364	185.364			
Estoques	11	745.271	825.198			
		2.582.131	2.087.943			
TOTAL CIRCULANTE		4.848.208	4.984.440		3.573.478	1.927.174
NÃO CIRCULANTE						
Imobilizado						
Sem Restrição	12	11.383.461	12.109.669	19	733.050	261.532
Imobilizado - Sem Restrição		14.422.133	14.264.700	20	1.666.706	1.745.786
(-) Depreciação Acumulada - Sem Restrição		(4.705.378)	(3.900.817)	16	1.241.370	1.586.885
		9.716.755	10.363.883		3.641.126	3.594.203
Com Restrição						
Imobilizado - Com Restrição		2.068.472	2.097.552			
(-) Depreciação Acumulada - Com Restrição		(401.766)	(351.766)	21	11.538.128	9.387.399
		1.666.706	1.745.786	22	(2.521.062)	2.185.332
		11.383.461	12.109.669		9.017.066	11.572.731
TOTAL NÃO CIRCULANTE		3.641.126	3.594.203			
TOTAL DO ATIVO		16.231.669	17.094.108		16.231.669	17.094.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
 Presidente Epitácio, 31 de dezembro de 2025.


 Francisco Feitosa Nascimento
 Provedor


 Acir Mirad
 Conselho Fiscal


 Gilberto Barbosa Ribeiro
 Contador CRC-1SP145002/0-9


 Sidney Marcos Tinti Guiliao
 Conselho Fiscal


 José Pereira da Silva
 Tesoureiro



 Osvaldo Bento
 Conselho Fiscal

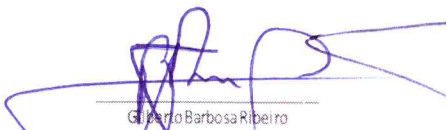


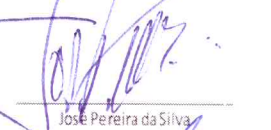
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
CNPJ: 44.932.846/0001-35
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(valores expressos em reais)

	NOTA	2025	2024
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receitas de Atendimentos ao SUS		4.238.889	4.226.517
Receitas Complementar - SUS Paulista	31	3.426.679	3.370.490
Receitas com Pacientes de Convênios e Particulares	24	1.888.299	1.737.283
		9.553.867	9.334.291
DEDUÇÕES DAS RECEITAS			
(-) Abatimentos - Glosas		(13.261)	(4.920)
		(13.261)	(4.920)
RECEITA LÍQUIDA		9.540.606	9.329.370
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custos com Pessoal	25	(12.173.009)	(11.049.430)
Custos com Serviços de Terceiros	25	(7.420.355)	(7.591.926)
Custos com Materiais e Medicamentos	25	(2.994.524)	(2.747.274)
		(22.587.889)	(21.388.630)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(13.047.283)	(12.059.260)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS			
Despesas Gerais e Administrativas	26	(4.303.946)	(4.080.783)
Financeiras Líquidas	27	(310.575)	(397.788)
Outras Receitas	28	17.251	335.655
Recuperação de Despesa		44.922	87.464
Isonções Previdenciárias Usufruídas	30	2.613.039	2.381.043
		(1.939.308)	(1.674.410)
Receitas com Subvenções, Doações e Auxílios			
Subvenções Municipal	23.a	6.182.503	6.233.343
Subvenções Estadual	23.a	3.731.024	6.790.934
Subvenções Federal	23.a	2.353.497	2.608.923
Doações	23.a	198.505	285.802
		12.465.528	15.919.002
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	22	(2.521.062)	2.185.332

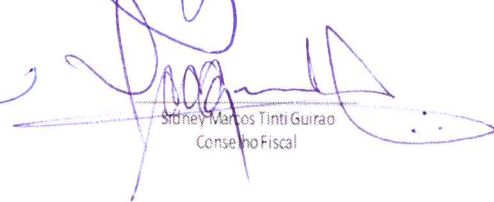
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
 Presidente Epitácio, 31 de dezembro de 2025.



 Francisco Feitosa Nascimento
 Provedor


 Gilberto Barbosa Ribeiro
 Contador CRC-1SP145002/0-9


 José Pereira da Silva
 Tesoureiro


 Acir Miranda
 Conselho Fiscal


 Sidney Marcos Tinti Guirao
 Conselho Fiscal


 Osvaldo Bento
 Conselho Fiscal



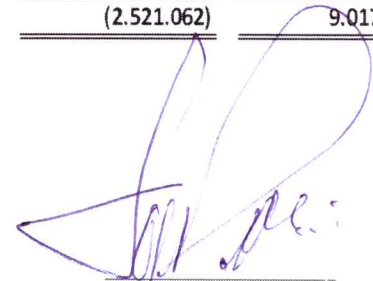
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
CNPJ: 44.932.846/0001-35
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICI T DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.744.857	(1.287.798)	9.457.059
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(1.287.798)	1.287.798	-
Incorporação - Doações Imobilizado	(69.660)	-	(69.660)
Superávit do Exercício - 2024	-	2.185.332	2.185.332
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	9.387.399	2.185.332	11.572.731
Transferência do Superávit para Patrimônio Social	2.185.332	(2.185.332)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(34.603)	-	(34.603)
Déficit do exercício corrente - 2025	-	(2.521.062)	(2.521.062)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11.538.128	(2.521.062)	9.017.066


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
 Presidente Epitácio, 31 de dezembro de 2025.


 Francisco Feitosa Nascimento
 Provedor


 Gilberto Barbosa Ribeiro
 Contador CRC-15P145002/0-9


 José Pereira da Silva
 Tesoureiro


 Acir Murad
 Conselho Fiscal

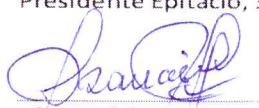

 Sidney Marcos Tinti Guirao
 Conselho Fiscal


 Osvaldo Bento
 Conselho Fiscal


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
CNPJ: 44.932.846/0001-35
DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(valores expressos em reais)


Método Indireto	2025	2024
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit/Déficit do Exercício	(2.521.062)	2.185.332
Depreciação	866.963	793.941
Receita Diferida	(79.080)	609.591
Ajustes de Exercícios Anteriores	(34.603)	(69.660)
(-) Perdas Estimadas	(35.846)	69.660
Provisão p/ Contingências	471.518	(327.031)
(=) Resultado Ajustado	(1.332.110)	3.261.832
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		
Faturas a Receber	(514.874)	(577.132)
Adiantamentos	23.647	111.168
Bloqueios Judiciais	(47.042)	(37.774)
Outros Créditos	-	(1.039)
Estoques	79.927	606.974
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante	(458.341)	102.196
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	38.498	32.836
Obrigações Trabalhistas	74.160	119.065
Obrigações Fiscais e Sociais	19.014	34.598
Honorários médicos a pagar	4.940	-
Parcelamentos a Pagar	-	(74.958)
Subvenções a Realizar	1.449.119	-
Ações Judiciais a Pagar	3.700	-
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	1.589.432	111.541
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	(201.020)	3.475.569
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(151.192)	(1.879.288)
Resultado Baixa Imobilizado	10.437	24.029
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(140.755)	(1.855.259)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Empréstimos e Financiamentos	(288.643)	(241.132)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(288.643)	(241.132)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	(630.418)	1.379.177
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.896.496	1.517.319
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(630.418)	1.379.177
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.266.078	2.896.496

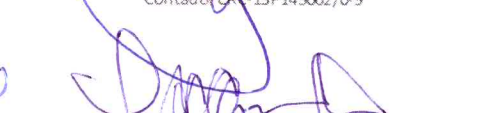
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
 Presidente Epitácio, 31 de dezembro de 2025.


 Francisco Feitosa Nascimento
 Provedor


 Gilberto Barbosa Ribeiro
 Contador (CRC-15P145002/0-9)


 José Pereira da Silva
 Tesoureiro


 Acir Murad
 Conselho Fiscal


 Sidney Marcos Tinti Guirao
 Conselho Fiscal


 Osvaldo Bento
 Conselho Fiscal



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

CNPJ: 44.932.846/0001-35

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Epitácio** é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais e sua finalidade é prestar serviços de assistência médica e hospitalar. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2. Manutenção Financeira da Entidade

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

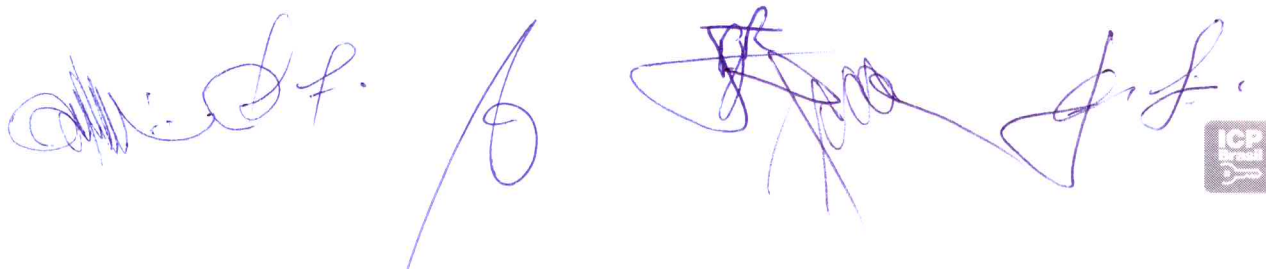
- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios e Particulares;
- Contratos de prestação de serviços;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis


Estas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a ITG 2002 – aplicável as Entidades Sem Fins Lucrativos.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.



Esse documento foi assinado por Luis Eduardo Azevedo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://www.assinabrasil.net.br/validade/5TCXB-HCNK6-VU758-3YDJT>



a) Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas como mencionadas no item 3 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas são apropriadas pelo regime de competência.

b) Ativo Circulante e Não Circulante

O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custos deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os valores de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e aplicações financeiras junto a Instituições Financeiras.

d) Faturas a Receber

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços aos convênios, particulares e ao SUS.

e) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado.

f) Imobilizado e Depreciação Acumulada

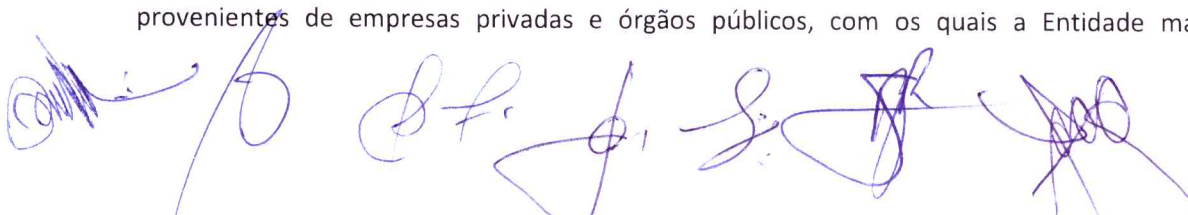
Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição, construção ou formação.

g) Passivos Circulante e Não Circulante

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h) Receitas e Despesas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao Regime da Competência, e são provenientes de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém



convênio. As despesas estão apropriadas obedecendo ao Regime da Competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

São registrados os valores mantidos em caixa na Entidade e instituições financeiras, em contas movimento ou aplicações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa Geral - sem restrição	100.000	266.230
Bancos com Movimento - sem restrição	267.905	1.498.723
Aplicações Financeiras - sem restrição	449.054	1.131.234
	816.959	2.896.187
Aplicações Financeiras com restrição	1.449.119	310
	1.449.119	310
	2.266.078	2.896.496

6. Faturas a Receber

Representam em seus principais valores, o faturamento dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), convênios privados e atendimentos a particulares.

Faturas a Receber	2025	2024
Cartões a receber	9.610	14.419
Oeste Saúde a receber	22.193	8.920
SUS AIH/Ambulatório a receber	380.840	383.835
Complemento SUS Paulista	527.091	521.491
Unimed a receber	51.779	61.304
Iamspe a Receber	93.789	91.332
Hemodialise a Receber	510.873	-
	1.596.175	1.081.301

7. Perdas Estimadas

Com base no histórico de inadimplência dos títulos de aluguéis vencidos acima de 05 anos.

(-) Perdas Estimadas	2025	2024
(-) Perdas Estimadas	(33.815)	(69.660)
	(33.815)	(69.660)

8. Adiantamentos

Refere-se a adiantamentos a fornecedores.

Adiantamentos	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	4.319	27.966
	4.319	27.966

9. Bloqueios Judiciais

Bloqueios Judiciais	2025	2024
Banco do Brasil	70.425	23.383
Santander	14.391	14.391
	84.816	37.774



10. Outros Créditos

Outros Créditos	2025	2024
Aluguéis a Receber	185.364	185.364
	185.364	185.364

11. Estoques

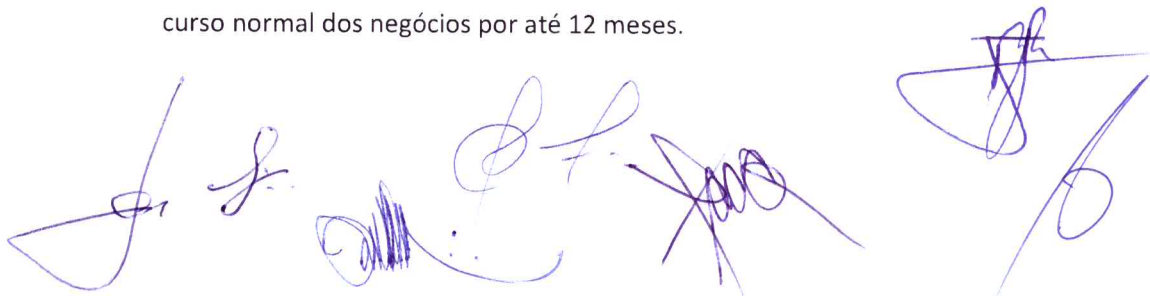
Estoque	2025	2024
Drogas, Medicamentos e Material	628.697	713.951
Almoxarifado	103.703	98.854
Equipamentos de Produção Individual	12.871	12.394
	745.271	825.198

12. Imobilizado e Depreciação Acumulada

Imobilizado	2024	Adições	Baixas	2025
Imóveis	4.236.623	-	-	4.236.623
Móveis e Utensílios	840.715	59.276	(2.355)	897.636
Equipamentos Hospitalares	4.108.892	50.136	(290)	4.158.737
Computadores e Periféricos	229.012	4.810	(15.484)	218.339
Máquinas e Equipamentos	1.576.341	36.970	(4.710)	1.608.601
Terrenos	3.474.868	-	-	3.474.868
Equipamentos Combate a Incêndio	249.963	-	-	249.963
Edificações - Reforma Pediatria	288.196	-	-	288.196
Edificações Reforma U.T.I	1.357.641	-	-	1.357.641
	16.362.252	151.192	(22.839)	16.490.605
Depreciação Acumulada	2024	Adições	Baixas	2025
(-) Imóveis	(1.493.382)	(169.465)	-	(1.662.847)
(-) Móveis e Utensílios	(370.762)	(81.351)	493	(451.621)
(-) Equipamentos Hospitalares	(1.762.229)	(420.199)	283	(2.182.145)
(-) Computadores e Periféricos	(108.704)	(23.351)	8.189	(123.867)
(-) Máquinas e Equipamentos	(416.348)	(147.600)	3.437	(560.510)
(-) Equipamentos Combate a Incêndio	(101.158)	(24.996)	-	(126.154)
	(4.252.583)	(866.963)	12.402	(5.107.144)
Imobilizado Líquido	12.109.669	(715.771)	(10.437)	11.383.461

13. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores correspondem aos bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal dos negócios por até 12 meses.



14. Obrigações Trabalhistas

Correspondem aos valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, provisão de férias, empréstimos consignados de funcionários e algumas ações e acordos trabalhistas a pagar.

Obrigações Trabalhistas	2025	2024
Salários e Ordenados a Pagar	491.128	460.333
Férias e Encargos a Pagar	595.049	575.908
Empréstimos Consigado de Funcionário	32.330	27.368
Plano de Saúde a pagar	53.201	32.473
Pensão Alimentícia a Pagar	546	508
Plano Odontológico a pagar	2.432	2.198
ISS Retido dos Prestadores de Serv.	1.500	3.238
	1.176.186	1.102.026

15. Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a fornecedores e demais encargos sociais que serão recolhidos em seus vencimentos.

Obrigações Fiscais e Sociais	2025	2024
Contribuições a Recolher	2.429	1.722
FGTS a Recolher	89.435	80.584
INSS a Recolher	64.728	53.765
IRRF a Recolher	43.995	43.659
PIS/Cofins/CSLL a Recolher	14.240	16.083
	214.827	195.813

16. Empréstimo e Financiamentos

Referem-se a recursos financeiros tomados junto a instituições financeiras. Encontram-se divididos em Passivo Circulante e Não Circulante e os juros futuros a apropriar encontram-se na rubrica Juros a Apropriar no Passivo Circulante e Não Circulante.

Empréstimos e Financiamentos a Pagar (CP)	2025	2024
Caixa Econômica Federal	605.295	605.295
(-) Juros Caixa Econômica Federal	(259.780)	(316.652)
	345.515	288.643
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (LP)	2025	2024
Caixa Econômica Federal (LP)	1.563.679	2.168.973
(-) Juros Caixa Econômica Federal (LP)	(322.309)	(582.088)
	1.241.370	1.586.885



17. Honorários Médicos a Pagar

Honorários médicos a Pagar	2025	2024
Honorários Médicos	169.781	164.841
	169.781	164.841

18. Subvenções a Realizar

Fica registrado nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar no Passivo Circulante, o montante recebido a título de subvenções que ainda não foi utilizado.

Subvenções a Realizar	2025	2024
Subvenções a Realizar - Conta 9733	32.781	-
Subvenções a Realizar - Conta 365155	184.642	-
Subvenções a Realizar - Conta 360724	768.177	-
Subvenções a Realizar - Conta 369713	47.814	-
Subvenções a Realizar - Conta 396184	370.265	-
Subvenções a Realizar - Conta 36973X	45.441	-
	1.449.119	-

19. Provisão para Contingências

Conforme item 16 tópico (a) e (b) da NBTG 25 onde cita o seguinte:

(a) quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos);

b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Conforme informações do setor jurídico, em 31/12/2025, o valor estimado para liquidação dos processos judiciais classificados como provável no valor de R\$ 733.050 e Possível no montante de R\$1.300.842 contra a Entidade, sendo os Prováveis estimados e demonstrados na planilha abaixo:

Nº Processo	Situação	Valor
1000855-71.2023.8.26.0481	PROVÁVEL	200.000
1004565-70.2021.8.26.0481	PROVÁVEL	14.400
0010447-28.2023.5.15.0057	PROVÁVEL	40.000
0010650-87.2023.5.15.0057	PROVÁVEL	36.000
0071650-54.2012.8.13.0518	PROVÁVEL	93.900
1000085-78.2023.8.26.0481	PROVÁVEL	7.000
0001418-14.2025.8.26.0481	PROVÁVEL	330.000
0010530-73.2025.5.15.0057	PROVÁVEL	500
1005969-54.2024.8.26.0481	PROVÁVEL	11,250
	Total	733.050



Nº Processo	Situação	Valor
0005274-69.2014.8.26.0481	POSSÍVEL	31.122
0010446-43.2023.5.15.0057	POSSÍVEL	25.000
1002397-95.2021.8.26.0481	POSSÍVEL	40.000
1004744-67.2022.8.26.0481	POSSÍVEL	29.970
1005980-83.2024.8.26.0481	POSSÍVEL	92.528
1005944-41.2024.8.26.0481	POSSÍVEL	6.000
1004059-89.2024.8.26.0481	POSSÍVEL	151.998
0010517-74.2025.5.15.0057	POSSÍVEL	917.224
0010261-34.2025.5.15.0057	POSSÍVEL	7.000
Total		1.300.842

20. Receitas Diferidas

Conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter ao seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do mesmo.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado.

21. Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição. No exercício de 2025 a Entidade conta com um Patrimônio Líquido no montante consolidado de R\$ 9.017.066, já considerando o Déficit apurado no exercício no valor de R\$ (2.521.062).

21.1 Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º Lei 6.404/76). Desta forma, no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, no valor negativo de R\$ (34.603)

22. Superávit/Déficit do Exercício

O Déficit do exercício de 2025, no montante de R\$ (2.521.062), após a apreciação pela Assembleia Geral, será acrescido ao patrimônio da Entidade.

A inversão de resultado em comparação ao exercício anterior, tem como impacto relevante a readequação e mudança de critério contábil para reconhecimento das receitas de subvenção, além do aumento com custo dos serviços prestado que superior a elevação das receitas com atendimentos, conforme saldos apresentados na **Demonstração do Resultado** na pag. 03 deste.

23. Receitas e Despesas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência do exercício e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com Convênios Estaduais e o SUS.

As despesas estão sendo apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

a) Receitas com Subvenções, Doações e Auxílios

Receitas com Subvenções e Doações	2025	2024
Municipal		
Auxilio e Subvenções Minucipais	6.142.500	6.191.458
Subvenções Secretaria da Saude	40.003	41.885
	6.182.503	6.233.343
Estadual		
Auxilio e Subvenções - Deputado(a)	144.414	3.011.123
Auxilio e Subvenções - Hemodialise	3.464.753	3.185.895
Auxilio e Subvenções Estaduais	-	167.557
Auxilio e Subvenções - Cirurgias	121.857	426.359
	3.731.024	6.790.934
Federal		
Auxilio e Subvenções Federais	92.854	188.613
Auxilio e Subvenções Federais-D	79.080	79.080
Auxilio e Subvenções - Enfermagem	2.028.779	2.341.230
Auxilio e Subvenções Federais - Ministerio	152.784	-
	2.353.497	2.608.923
Doações		
Doações Pessoa Fisica	26.210	11.966
Doações Pessoa Juridica	162.089	262.696
Contribuições e Donativos - Cont	10.206	11.141
	198.505	285.802

24. Receitas com Pacientes de Convênios e Particulares

Receitas com Pacientes de Conv. e Particulares	2025	2024
Unimed	473.836	486.645
Geap	218	110
Oeste Saúde	173.189	107.910
Cassi	3.659	1.277
Cabesp	4.245	18.914
APAS	27.655	20.311
Min. Marinha	9.969	15.881
IAMSP	540.738	533.018
Bradesco Saúde	2.311	1.721
Hapvida	1.800	3.342
Economus	2.157	-
Liberdade	259.553	201.514
Particulares	388.969	346.639
	1.888.299	1.737.283

25. Custo dos Serviços Prestados

Custo com Pessoal	2025	2024
Salários e Ordenados	(7.893.743)	(7.120.161)
Férias e Encargos	(517.305)	(570.329)
13º Salário	(650.168)	(570.466)
Demais Despesas	(32.481)	(15.095)
Cesta Básica	(466.273)	(391.148)
Vale Transporte	-	(1.188)
Isenções Previdenciárias Usufruídas	<u>(2.613.039)</u>	<u>(2.381.043)</u>
	(12.173.009)	(11.049.430)
Custos com Serviços de Terceiros		
Honorários Med. PF	(17.047)	(9.436)
Honorários Med. PJ	<u>(7.403.308)</u>	<u>(7.582.490)</u>
	(7.420.355)	(7.591.926)
Custos com Materiais e Medicamentos		
Generos Alimentícios	(458.883)	(296.113)
Medicamentos e Materiais	(2.203.025)	(2.073.617)
Oxigenio	(311.657)	(344.488)
Dietas	(9.668)	(12.320)
Bolsa de Sangue	<u>(11.292)</u>	<u>(20.736)</u>
	(2.994.524)	(2.747.274)
	(22.587.889)	(21.388.630)

26. Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	2025	2024
Encargos/Taxas e Multas	(767.562)	(773.201)
Serv. de Terceiros - Honorários	(225.242)	(93.427)
Manutenção e Reparos	(472.878)	(890.453)
Material de Escritório	(150.740)	(123.394)
Limpeza e Lavanderia	(209.888)	(162.035)
Equipamentos de Proteção	(6.152)	(6.616)
Descartáveis	(60.157)	(66.193)
Material de consumo	(53.954)	(47.047)
Contribuições diversas	(74.390)	(70.886)
Demais Despesas Gerais	(39.539)	(23.574)
Viagens - Ajuda de Custo	(26.877)	(34.357)
Energia Elétrica	(313.760)	(402.991)
Telefone	(3.986)	(3.110)
Água e Esgoto	(183.650)	(147.230)
Plano de Saúde Func.	(43.851)	(43.310)
Exames	(96.010)	(100.041)
Processamento de Dados	(147.244)	(146.382)
Depreciação	(866.963)	(793.941)
Perdas de Imobilizado	(8.752)	(10.185)
Despesas com Perdas	(35.933)	(142.410)
Despesas com Ações - Processos	<u>(516.418)</u>	<u>-</u>
	(4.303.946)	(4.080.783)

27. Financeiras Líquidas

Financeiras Líquidas	2025	2024
Juros Ativos - Aplicações	36.005	29.073
Descontos Obtidos	26.838	7.939
	62.843	37.012
Despesa Bancárias	(50.341)	(48.162)
Juros de Mora	-	(19.097)
Juros - Empréstimos	(316.652)	(364.163)
Juros Passivos	(6.425)	(3.379)
	(373.418)	(434.800)
	(310.575)	(397.788)

28. Outras Receitas

Outras Receitas	2025	2024
Nota Fiscal Paulista	5.107	-
Concessão Espaço Físico	12.144	8.624
Reversão de Ações Judiciais	-	327.031
	17.251	335.655

29. Atendimento ao SUS

A SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO, em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2025 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Competência Mês - Ano	Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
	SUS		Não-SUS		% SUS	SUS		% SUS	
	Qtd	Paciente-Dia	Qtd	Paciente-Dia	Internação	Qtd	Qtd	Ambulatório	
Janeiro - 2025	258	741	30	82	90,04%	16.994	339	98,04%	100,04%
Fevereiro - 2025	223	678	24	62	91,62%	13.714	265	98,10%	101,62%
Março - 2025	256	898	35	93	90,62%	13.909	320	97,75%	100,62%
Abril - 2025	247	907	43	115	88,75%	20.479	365	98,25%	98,75%
Mai - 2025	265	932	30	64	93,57%	13.663	339	97,58%	103,57%
Junho - 2025	278	950	21	70	93,14%	17.192	265	98,48%	103,14%
Julho - 2025	298	892	49	131	87,19%	17.005	282	98,37%	97,19%
Agosto - 2025	268	893	38	77	92,06%	14.162	311	97,85%	102,06%
Setembro - 2025	232	870	30	80	91,58%	16.105	298	98,18%	101,58%
Outubro - 2025	213	708	22	56	92,67%	15.330	304	98,06%	102,67%
Novembro - 2025	256	742	36	101	88,02%	15.178	290	98,13%	98,02%
Dezembro - 2025	279	832	20	36	95,85%	16.903	220	98,72%	105,85%
Total (SEM INCENTIVO) - 2025	3.073	10.043	378	967	91,22%	190.654	3.598	98,15%	101,22%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

- I - Atenção obstétrica e neonatal;
- II - Atenção psicológica;
- III - Atenção às urgências e emergências;
- IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e
- V - Hospitais de Ensino.

Sim / Não	Máximo	Obtido
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no Ano 2025 foi de: 101,22%

30. Isenções Previdenciárias Usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal e em atendimento a LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.



Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos a isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2025, como se devidos fossem:

Isenção	2025	2024
INSS Cota Patronal	<u>2.613.039</u>	<u>2.381.043</u>
	2.613.039	2.381.043

31. Tabela SUS Paulista

O governo de São Paulo publicou a Resolução SS nº 198 de 29 de dezembro de 2023 que disciplina a aplicação da Tabela SUS Paulista aos estabelecimentos com ou sem fins lucrativos que participam do SUS, que visa dar resposta à defasagem histórica causada pela ausência de atualizações dos valores da tabela nacional do SUS. No exercício de 2025 a Santa Casa reconheceu o valor de R\$ 3.426.679 referente a Tabela SUS Paulista.


32. Autorização Para Conclusão das Demonstrações Contábeis


As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 06 de março de 2026.

33. Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes à legislação específica aplicável.


Presidente Epitácio, 31 de dezembro de 2025.

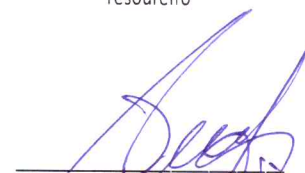

Francisco Feitosa Nascimento
Provedor


Gilberto Barbosa Ribeiro
Contador CRC-1SP145002/0-9


José Pereira da Silva
Tesoureiro


Acir Murad
Conselho Fiscal


Sidney Marcos Tinti Guirao
Conselho Fiscal


Osvaldo Bento
Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Membros do Conselho e Administração da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

Presidente Epitácio – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

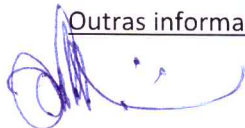
Base para opinião com ressalva

O controle individualizado do Ativo Imobilizado nota nº 11, apresentou fragilidades nos controles internos, impossibilitando também a revisão da vida útil econômica estimada de cada item do ativo imobilizado, conforme requerido pela Normas de Contabilidade Aplicável ao Ativo Imobilizado. Portanto, não podemos firmar juízo sobre a consistência dos valores integrantes desse grupo que, em 31 de dezembro de 2025, totalizava R\$ 11.383.461 e o reflexo do cálculo da depreciação sobre o resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor



A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 12 de março de 2026.

Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil

CRC-2SP017174/O-6

Luís Eduardo Azevedo

Contador CRC 1SP292909/O-6

Assinado eletronicamente por:
Luís Eduardo Azevedo
CPF: 306.779.788-47
Data: 12/03/2026 16:04:47 -03:00